

Audiência pública discute preservação das unidades de conservação de Minas

Sex 29 novembro

O futuro dos parques estaduais e unidades de conservação de Minas Gerais foi tema de uma audiência pública que aconteceu na tarde dessa quinta-feira (28/11) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Dirigentes do [Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos \(Sisema\)](#), deputados, autoridades e membros da sociedade civil discutiram sobre os principais desafios na gestão das 94 unidades de conservação do estado, que totalizam uma área de 2,3 milhões de hectares.

Os membros do Sisema destacaram que uma das iniciativas para garantir uma gestão de sucesso dos parques mineiros é a concessão à iniciativa privada da visitação das unidades de conservação. Isso permite que o [Instituto Estadual de Florestas \(IEF/MG\)](#) concentre as ações no gerenciamento do meio ambiente e das questões ligadas aos biomas do estado.

A intenção do IEF é conceder 20 parques à iniciativa privada, começando por três unidades que compõem a chamada Rota Lund.

Para o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira, o Programa de Concessão em Parques Estaduais (Parc) permitirá o aproveitamento das unidades pelos setores produtivo e ambientalista e pela sociedade. Ele destaca que a iniciativa tem capacidade de desonerar a gestão e impulsionar a visitação em massa das áreas verdes mineiras.

"Temos unidades de conservação belíssimas e gostaríamos que os mineiros pudessem conhecer mais dessas belezas naturais, patrimônios do estado. A intenção é dar uma estrutura maior para fomentar ainda mais a visitação e o turismo ecológico", diz.

Na avaliação do diretor-geral do IEF/MG, Antônio Malard, o programa vai permitir alavancar a economia de forma sustentável. "A medida concilia o fomento ao turismo e impulsiona a economia, mas deixando claro que a preservação ambiental será fortalecida", observa.

A proposta ganhou apoio do ex-secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais e ex-ministro de Meio Ambiente José Carlos de Carvalho, que esteve à frente da pasta a nível nacional a época em que o Parque Nacional do Iguaçu passou pelo mesmo processo. "Iguaçu é uma referência de que é possível fazer a concessão. A concessão não é a privatização. Você concede apenas o uso público, sem prejuízo à soberania do Estado na gestão ambiental", explica.

Durante o debate na Comissão de Meio Ambiente da ALMG, ainda foram lançados um livro com relatos e fotos de 15 parques mineiros e a Frente Parlamentar em Defesa dos Parques Estaduais e das Unidades de Conservação de Minas.